



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 112

SEXTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 1994

BRASÍLIA - DF

## CONGRESSO NACIONAL

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 615, DE 14 DE SETEMBRO DE 1994, QUE "ALTERA O ART. 4º "CAPUT" DA LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL", MENSAGEM Nº /94-CN:

Congressista	Emenda nº
Deputado Chico Vigilante	001

### EMENDA Nº 1

Dê-se, ao art. 1º da Medida Provisória nº 615, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 4º, **caput**, da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 4º A subvenção de equalização de taxas de juros fica limitada ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras oficiais, nas suas operações ativas, e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural."

#### Justificação

A presente emenda visa recuperar o texto da Lei nº 8.427/92, amplamente discutido no Congresso Nacional e que limita a subvenção ora proposta às instituições financeiras oficiais.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1994. – Deputado Chico Vigilante.

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 616, DE 14 DE SETEMBRO DE 1994, QUE "DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DOS DIREITOS PREVISTOS NO ACORDO "ANTIDUMPING" E NO ACORDO DE SUBSÍDIOS E DIREITOS COMPENSATÓRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", MENSAGEM Nº /94-CN:

Congressista	Emenda nº
Deputado Victor Faccioni	001

### EMENDA Nº 1

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Artigo Quando ocorrerem importações de produtos agrícolas provenientes de países que notoriamente subsídiam seus setores agrícolas, a Secretaria de Comércio Exterior-SECEX, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo iniciará de moto próprio nos termos facultados pelo Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios objeto do Decreto Legislativo nº 22, de 5-12-86, investigação através de processo administrativo."

#### Justificação

Os danos causados à economia nacional por importações subsidiadas são imensos. É dever do Poder Executivo investigar, apurar os danos e em função dos resultados impor Direitos Compensatórios.

A possibilidade de iniciar uma investigação de moto próprio está prevista no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios. A dificuldade em obter informações de governos estrangeiros por parte do setor privado é uma realidade. A investigação de subsídios é evidentemente vinculada a discussões entre governos, e o Poder Executivo brasileiro deve ficar responsável por obter as informações essenciais em um processo de investigação deste tipo.

Sala das Sessões, – Victor Faccioni.

**EXPEDIENTE**  
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES  
**Diretor-Geral do Senado Federal**  
 AGACIEL DA SILVA MAIA  
**Diretor Executivo**  
 LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR  
**Diretor Administrativo**  
 LUIZ CARLOS BASTOS  
**Diretor Industrial**  
 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA  
**Diretor Adjunto**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**  
 Semestral \_\_\_\_\_ R\$ 23,53

Tiragem: 800 exemplares

# SENADO FEDERAL

---

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATA DA 123ª SESSÃO, EM 22 DE SETEMBRO DE 1994

## 1.1 – ABERTURA

## 1.2 – EXPEDIENTE

## 1.2.1 – Comunicações da Presidência

Prorrogação até o dia 17 de outubro do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3, de 1994-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1995".

Recebimento do Ofício nº S/70, de 1994 (nº 1.068/94, na origem), do Supremo Tribunal Federal, solicitando o pedido da necessária licença prévia para apreciar a denúncia, constante dos autos do Processo nº 445-6/140, oferecida contra o Senador Moisés Abrão.

## 1.2.2 – Discursos do Expediente

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** – Considerações sobre a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3/94-CN e à designação da respectiva Comissão Mista. A questão do uso da Gráfica do Senado Federal nas campanhas eleitorais.

**O SR. PRESIDENTE** – Resposta o Sr. Eduardo Suplicy.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** – As campanhas eleitorais do PT para o Senado Federal. A questão do mandato de 8 anos para o

Senador. Defesa do Programa de Renda Mínima, de sua autoria.

## 1.2.3 – Requerimento

Requerimento nº 704/94, de autoria do Senador Darcy Ribeiro, solicitando autorização do Senado Federal para desempenhar missão no exterior no período de 3 a 16 de outubro de 1994.

## 1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

**SENADOR JÚLIO CAMPOS** – Reflexões sobre a política de segurança alimentar no Brasil.

## 1.2.5 – Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do artigo 174 do Regimento Interno.

## 1.2.6 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 704/94, lido no Expediente da presente sessão. **Votação adiada por falta de quorum**, após parecer de plenário favorável.

## 1.2.7 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se terça-feira, dia 27, às 15 horas, com Ordem do Dia que designa.

## 1.3 – ENCERRAMENTO

## 2 – MESA DIRETORA

## 3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

## 4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 123ª Sessão, em 22 de setembro de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

– EXTRAORDINÁRIA –

Presidência dos Srs. Júlio Campos e Jacques Silva

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES

Eduardo Suplicy – Gilberto Miranda – Jacques Silva – Josphat Marinho – José Eduardo – José Paulo Bisol – Júlio Campos – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Maurício Corrêa – Moisés Abrão – Ronaldo Aragão.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 12 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Tendo em vista a realização de eleições gerais no próximo dia 3 de outubro e, por conseqüência, a ausência do Congresso Nacional de Parlamentares que se dirigem aos respectivos colégios eleitorais, a Presidência resolveu prorrogar até o dia 17 de outubro o prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3, de 1994-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1995".

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/70, de 1994 (Nº 1.068/94, na origem), de 22 do corrente, solicitando, nos termos do art. 53, § 1º, da Constituição Federal, o pedido da necessária licença prévia para que possa apreciar a denúncia, constante dos autos do processo nº 445-6/140, oferecida contra o Senador Moisés Abrão.

A matéria será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Há oradores inscritos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT - SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação à extensão do prazo para proposta de emenda à Lei do Orçamento, eu gostaria de ser informado sobre se a Presidência do Congresso Nacional irá designar a Comissão Mista que irá examinar – se já não o fez – a Lei Orçamentária de 1995. Parece-me que estamos vivendo um impasse, pois há uma Comissão Mista que analisa a Lei Orçamentária de 1994, que sofre um atraso recorde na história deste País.

Eu gostaria de saber se a Mesa do Congresso Nacional pretende realizar um esforço concentrado, e em que data, para a aprovação do Orçamento de 1994. O atraso na sua apreciação gerou grave situação para o Executivo e também para o Legislativo, que se encontra sem parâmetros para fiscalizar a destinação dos recursos deste ano.

O Governo está gastando, de uma forma distante da que seria a ideal, 1/12 do que estava previsto.

Vale ressaltar que a origem do Parlamento, na Inglaterra, deveu-se à necessidade de se apreciar e aprovar o orçamento encaminhado pelo Executivo. No Brasil, relativamente ao ano de 1994, não conseguimos ainda realizar esse propósito.

Eu gostaria de saber ainda se a Mesa prevê medidas para que não aconteça, em relação ao Orçamento de 1995, o que se está passando agora. Será possível a designação de outra Comissão Mista do Orçamento, convivendo com a que examina o Orçamento de 1994, ou seria a mesma Comissão que analisaria o Orçamento de 1995? A meu ver, deve haver outra Comissão.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para formular questão de ordem de natureza administrativa. Segundo notícias da imprensa e diálogos que mantivemos no decorrer desta semana, algumas providências estão sendo consideradas pela Mesa do Congresso Nacional em relação ao uso da Gráfica.

Considero oportuna, diante da decisão da Justiça Eleitoral sobre o Presidente Humberto Lucena, a decisão de disciplinar o uso da Gráfica. Acredito que, no Congresso Nacional, devemos ter o propósito de corrigir toda e possível janela para eventual abuso na utilização de serviços gráficos. Por essa razão, Sr. Presidente, é muito importante que, ainda nesta Legislatura, a Mesa do Senado Federal proponha projeto de resolução que possa dirimir dúvidas em relação aos serviços que podem ser solicitados à Gráfica. Deve haver total transparência nos atos da Administração.

A meu ver, o uso da Gráfica não deve ser visto como algo privado. Trata-se de utilização de recursos públicos, e isso deve ser – repito – transparente.

Os jornalistas têm solicitado dos Parlamentares – que deveriam atendê-los – a relação dos serviços solicitados ao Centro Gráfico. Da minha parte, mostrei aos interessados todos os pedidos que fiz e o material correspondente. São cartões de apresentação, folhetos de explicação do Projeto de Garantia de Renda Mínima. Responsabilizo-me por aquilo que solicitei, pois está de acordo com as normas legais.

No entanto, como houve dúvidas em relação aos serviços que podem ser pedidos, sugiro ação da Mesa, decorrente do diálogo com os Srs. Senadores, no sentido de regulamentar essa matéria. Não sabemos exatamente se estão em vigor as normas estabelecidas em 1982, as de 1985, ou outras, razão pela qual se devem atualizar os parâmetros a serem seguidos. Devemos aprender com esse episódio, corrigir eventuais falhas e disciplinar essa matéria, de forma que a população possa tomar conhecimento do que se faz com os recursos à disposição do Congresso Nacional.

Eram estas as questões de ordem que eu queria levantar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Respondendo ao eminente Senador Eduardo Suplicy com relação à Comissão do Orçamento, a Mesa informa que o art. 5º da Resolução nº 1, de 1991, diz:

Art. 5º Estabelecida a representação prevista no artigo anterior, os Líderes indicarão ao Presidente do Senado Federal, até o quinto dia útil do mês de março, os nomes que integrarão as respectivas bancadas na Comissão, como titulares e suplentes.

§ 2º O mandato da primeira Comissão a ser instalada na forma desta Resolução terminará com a instalação da Comissão subsequente, na primeira quinzena do mês de março de 1992.

Há uma previsão para que, a partir do dia 10 de outubro próximo, o Congresso Nacional faça um esforço concentrado no sentido de votarmos o Orçamento de 1994 que, lamentavelmente, até hoje não foi votado pelas Casas do Parlamento brasileiro. Após a conclusão da votação do Orçamento de 1994, será nomeada nova Comissão para votarmos o de 1995. Tendo em vista o encerramento do prazo de entrega de emendas, tanto o Presidente da Câmara quanto o do Senado decidiram, hoje, aceitar o argumento da Câmara dos Deputados no sentido de prorrogá-lo, já que a maioria dos Senadores e Deputados está disputando mandatos eleitivos, o que tornaria impossível a apresentação de emendas nesse período até o dia 26 próximo.

Então, de comum acordo, resolvemos prorrogar para o dia 17 de outubro o prazo para a apresentação de emendas. Com isso, temos certeza de que vamos atendê-lo na constituição da nova comissão.

Com relação à questão do Cegraf, estamos aguardando sugestões dos Srs. Membros do Senado e da Câmara. Registro que o que está em vigor é o Ato nº 5 da Mesa, de maio de 1992, aprovado pelo então Presidente Mauro Benevides, que regulamenta o funcionamento da Gráfica, suas quotas e a maneira de bem agir de cada um dos Parlamentares. Nada impede que, a partir de agora, a Mesa faça nova resolução, aprovada por este Plenário, com relação ao funcionamento do Cegraf para o período de 1995.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT - SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e

Srs. Senadores, em muitas ocasiões tenho recebido indagações relativas ao propósito que tinha, quando candidato ao Senado, em 1990, de reduzir o mandato dos Senadores de oito para quatro anos. Trata-se de compromisso que explicitei enquanto candidato e coloquei na minha plataforma. Agora, eleitores e jornalistas perguntam-me o que foi feito do projeto.

Como essa era uma proposição de todos os candidatos do Partido dos Trabalhadores ao Senado, em 1990, essa pergunta também tem sido formulada aos atuais candidatos ao Senado, como, por exemplo, Marina Silva, no Acre; Benedita da Silva, no Rio de Janeiro; Luiz Erundina, em São Paulo; Virgílio Guimarães, em Minas Gerais; Raul Pontes, no Rio Grande do Sul; Pedro Tonelli, no Paraná; Lucy Choinaski, em Santa Catarina, e assim por diante.

Gostaria de esclarecer que, já no primeiro ano de 1991, formulei projeto de emenda à Constituição com o propósito de reduzir de oito para quatro anos o mandato de Senador. Mas, como sabem V. Ex's, para apresentar uma proposta de emenda à Constituição faz-se necessário a assinatura de 1/3 dos Srs. Senadores, ou seja, pelo menos 27 Srs. Parlamentares. Acontece que, tendo consultado os meus pares, inclusive indagando da tribuna, em algumas ocasiões, se gostariam de assinar aquela proposição, poucos foram os que concordaram em assiná-la, porque muitos preferem o atual mandato. Gostaria de esclarecer que, tendo consultado formalmente 72 dos 81 Srs. Senadores, não mais do que quatro Parlamentares, além de mim, por enquanto, concordaram em assinar essa proposição.

Devo esta explicação aos meus eleitores, e, na medida em que pelo menos 27 Srs. Senadores concordarem em assinar a minha proposição, terá sido criada condição para dar entrada oficialmente ao projeto de emenda constitucional que reduz o mandato dos Srs. Senadores de oito para quatro anos.

Defendo o mandato de apenas quatro anos a fim de que cada um de nós seja cobrado e testado, procurando ter sempre o maior empenho possível em melhor representar a vontade da população.

No meu entender, o prazo de oito anos é bastante longo e, parece-me, seria melhor que a cada quatro anos houvesse a renovação do mandato dos Srs. Senadores.

Sr. Presidente, também gostaria de aproveitar este momento para continuar a reflexão havida na última terça-feira, quando o Senador Josaphat Marinho e eu dialogamos a respeito do ocorrido com o Senador Marco Maciel.

Tendo em vista a forma como o **Jornal do Brasil** registrou as palavras que proferei nesse diálogo, lerei carta, de minha autoria, publicada hoje naquele jornal:

Na análise que fiz da atuação do Senador Marco Maciel, no plenário do Senado, no último dia 20, considerei a capacidade de trabalho e de articulação política do ex-Líder do Presidente Fernando Collor de Mello. Entretanto, insisti na importância de serem concluídos os esclarecimentos demandados pelo Partido dos Trabalhadores sobre a natureza das contribuições feitas pelo Sr. Paulo César Farias – segundo o relato da revista **Veja** –, através de conta "fantasma", para as despesas de campanha do então candidato a Governador Joaquim Francisco, que fazia campanha conjunta com o então candidato ao Senado, Marco Maciel.

Ressaltei que não foi ainda concluído o inquérito aberto na Polícia Federal sobre as ações de PC Farias. Sobretudo chamei a atenção para o fato de que as amarras que impediram o Presidente Collor de realizar o que prometera em campanha estão presentes em torno da

candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

No meu entender, isso tornará extremamente difícil à coligação PSDB-PFL-PTB realizar transformações sociais, como a reforma agrária, e colocar em prática instrumentos de política econômica que compatibilizem a estabilidade, o crescimento e a melhoria da distribuição de renda. Quem reúne estas condições é Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, registro da tribuna do Senado a Resolução nº 135, de 1º de setembro de 1994, do Conselho Nacional de Saúde, assinada pelo Presidente desse órgão, Ministro Henrique Santillo, nos seguintes termos:

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Trigésima Nona Reunião Ordinária, realizada nos últimos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 1994, cumprindo suas atribuições regimentais, e considerando:

a) o agravamento do quadro epidemiológico brasileiro e dos índices de mortalidade;

b) que a saúde de um povo é determinada, em grande parte, por sua qualidade de vida e pelo perfil sócio-econômico em que cada grupo populacional se insere;

c) que a redução ou erradicação dos bolsões de miséria do País será a melhor medida que poderemos tomar em termos de saúde pública nacional; Resolve:

I – apoiar, após estudo em plenário, o Programa de Garantia de Renda Mínima, aprovado no Senado Federal, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy;

II – recomendar ao Ministério da Saúde que tome todas as medidas na defesa da implantação do referido projeto.

Ao final desse documento, o Ministro Henrique Santillo diz o seguinte:

Homologo a Resolução CNS nº 135, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

Essa Resolução constitui mais um fator importante de apoio e de apreciação do Programa de Garantia de Renda Mínima.

Na última sexta-feira, tive a oportunidade de dialogar, por um bom tempo, com o Ministro da Fazenda, Ciro Gomes, e com o Secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, e nessa reunião tive a oportunidade de expor como desde abril passado, na reunião do Conselho de Segurança Alimentar, e o Ministro Beni Veras e o então Ministro Ricupero determinaram que diversos Ministérios com assento naquele órgão realizassem estudos de viabilidade operacional do Programa de Garantia de Renda Mínima. Desde então, diversos estudos estão sendo elaborados. Tenho interagido com segmentos de diversos Ministérios, como o da Saúde, da Previdência Social, do Trabalho, da Educação, do Planejamento, da Fazenda, Receita Federal, e assim por diante. Hoje mesmo, tive um encontro com o Secretário do Ministério do Trabalho, Vicente Luiz Barbosa Marotta, que esteve no meu gabinete em companhia de outros membros daquele Ministério, para colher elementos para a análise que irão realizar. E gostaria de informar que o Ministro Ciro Gomes, mostrando-se favorável à proposta, determinou que, se possível, até o final do mês de outubro possam esses diversos estudos serem coordenados e concluídos, para que o Congresso Nacional, especialmente agora a Câmara dos Deputados, esteja melhor informado sobre a proposição, o seu impacto, a sua viabilidade operacional, o seu custo, enfim, o que deve ser feito para que estejam os Deputados inteiramente informados para tomarem a de-

cisão a respeito.

Recebi hoje, Sr. Presidente, do Embaixador do Brasil em Dublin, na Irlanda, Rache de Almeida, um artigo publicado hoje pelo principal jornal da Irlanda, *The Irish Times*, sobre a conferência *Towards an Adequate Income for All*, ou seja, na direção de uma renda adequada para todas as pessoas.

Essa reportagem mostra como, na Conferência dos Religiosos da Irlanda, de todos os credos, realizada com a presença do Ministro de Relações Exteriores, que lá constitui praticamente o Vice-Primeiro-Ministro, está amadurecido o pensamento, naquele país, para se introduzir o direito a uma renda mínima para todas as pessoas.

Vou ler alguns dos trechos desta informação de hoje do jornal da Irlanda:

É imperativo que o governo garanta uma renda adequada, determinada por estatuto, para todas as mulheres, homens e crianças no Estado, no sentido de assegurar a cada um vida acima da linha da pobreza.

Disse Padre Sean Healy, na Conferência de Política Social realizada em Dublin, na Conferência dos Religiosos de toda a Irlanda.

Num trabalho apresentado pela Irmã Brigid Reynolds intitulado *Uma Renda Adequada Garantida*, o Padre Healy e a Irmã Reynolds disseram que todo adulto com sessenta e cinco anos ou menos deveria receber um mínimo de sessenta e sete libras e cinqüenta centavos a cada semana, montante que deveria ser aumentado para os mais velhos e reduzido para as crianças. Com esta renda básica garantida, as pessoas podem manter um padrão mínimo de vida adequado.

Desde 1987, nossos recursos nacionais cresceram consideravelmente; os beneficiários têm melhorado a sua condição, mas nem todos. Isso não é um acidente, e sim o resultado de decisões sucessivas tomadas pelo Governo, e o único caminho para se conseguir que todas as pessoas estejam acima da linha de pobreza seria o direito a uma renda mínima, determinado através de estatuto.

Os dois religiosos disseram que o presente sistema penalizou os desempregados e os pobres, por impor taxas marginais de impostos sobre pessoas que estão procurando melhorar a sua situação, e criou armadilhas de desemprego que, muitas vezes, os deixam em pior situação do que se eles tivessem conseguido emprego.

Assim, há um grande número de pessoas que está sendo impedido de fazer o que normalmente seria um trabalho significativo, porque deveria haver mais trabalho disponível para todos, em todos os tempos.

Disseram a Irmã Reynolds e o Padre Healy que a introdução, por lei, de um renda básica, ou renda de cidadania, teria inúmeros benefícios, reduziria os custos administrativos e promoveria a autonomia.

Assim, Sr. Presidente, apenas coloco essas observações para registrar que esse assunto vem sendo objeto de atenção dos mais diversos países e, felizmente, aqui no Brasil também estamos considerando seriamente essa matéria já aprovada pelo Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Júlio Campos, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jacques Silva.*

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr.*

*Jacques Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO N° 704, DE 1994

Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do art. 40, § 1º, alínea a, do Regimento Interno, solicito a V. Ex<sup>a</sup> autorização para desempenhar missão no exterior, no período de 3 a 16 de outubro de 1994, atendendo a convite oficial do Senhor Ministro de Estado da Cultura, Luiz Roberto Nascimento e Silva, e na condição de representante dos escritores brasileiros na Feira Internacional do Livro, que deverá realizar-se em Frankfurt, Alemanha, na primeira quinzena de outubro do corrente ano, ocasião em que deverei participar de diversos eventos programados pelo Ministério da Cultura, bem como pelos promotores da Feira, conforme documentos anexos.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1994. – Senador Darcy Ribeiro.

Carta nº 043/94

Brasília, 8 de setembro de 1994.

Ilmo. Sr.

Darcy Ribeiro

Rua Bolívar 7, apt. 9, 5º andar

Rio de Janeiro/RJ

22061-020

Prezado Senhor,

Conforme nossos entendimentos anteriores, gostaria de confirmar a Vossa Senhoria o convite que formulamos para que venha a participar dos eventos que o Ministério da Cultura programou para ocorrerem durante a Feira Internacional do Livro que se dará em Frankfurt, em outubro vindouro.

Os eventos em pauta, para cuja realização e sucesso a presença de Vossa Senhoria é indispensável, reúnem mesas-redondas e exposições a terem lugar na Literaturhaus, um dos locais mais tradicionais de Frankfurt, freqüentado por intelectuais pesquisadores e estudiosos interessados em literatura alemã e internacional.

Esclarecimentos suplementares sobre o convite que ora, com satisfação, reiteramos, encontram-se anexo, sendo imprescindível uma manifestação, por escrito, de Vossa Senhoria, para que possamos encaminhar as providências necessárias.

Agradecendo mais uma vez a atenção com que Vossa Senhoria tem-nos distinguido, Muito cordialmente. – Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Ministro de Estado da Cultura.

Darcy Ribeiro

Rua Bolívar, 7, 5º, Apt. 9

Copacabana

22041 Rio de Janeiro-RJ

Brasilien

Bad Homburg, 12 de agosto de 1994

Prezado Darcy Ribeiro,

Por incumbência do Ministro da Cultura, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, organizamos a programação literária na Casa da Literatura (Literaturhaus) em Frankfurt por ocasião da Feira do Livro deste ano.

Assim, temos a honra de convidá-lo para participar da mesa-redonda *O Brasil no Imaginário Europeu* (Brasilien in der Vorstellung der Europaer), a se realizar no dia 8 de outubro

às 20h30min nas instalações da Casa da Literatura. O debate será traduzido simultaneamente.

Pedimos, por motivos organizatórios, confirmar o mais bre-

ve possível a sua participação.

Esperando uma resposta positiva, cordialmente, Ray-Güde Martin.

# LITERATURHAUS FRANKFURT

Bockenheimer Landstraße 121 - 62323 Frankfurt am Main Tel. 069/48472-12616 FAX 069/752141  
"Bahn und" "Hilfestellung" "seine"



Após muito viajar pelos sete mares, o capitão de longo curso Hoffmann decidira finalmente ancorar-se. Para isso construiu uma casa. Como ele se prezava, esta preciosa e ser uma mansão: espaçosa e prestigiosa. A mansão pode ser vista até hoje, e desde 1973 abriga a Casa da Literatura de Frankfurt.

Prezado Senhor Senador,

Agradecemos a resposta do Senhor, informando-nos sobre a sua presença na Alemanha do dia 5 de outubro de 94 até o dia 10 do mesmo mês.

Como foi estabelecido que os autores não participem de eventos fora de Frankfurt enquanto a feira durar (4-10 a 10-10), comunicamos a sua presença para a Dr<sup>a</sup> Cristi Friederici que coordena as atividades literárias em Frankfurt. (Fone 0049-69-290708/09), Consulado-Geral do Brasil em Frankfurt) e para a Dr<sup>a</sup> Ray Güde Mertin que cuidará de maneira mais específica da programação na LITEHATURHAUS.

Agradecendo a sua atenção, muito atenciosamente. – Claus Peter Rees, Departamento "Literatura, Sociedade, Ciências":

PS: Pedimos desculpar a utilização deste número de fax, mas aquele número que o Senhor Senador nos indicou em seu fax infelizmente não responde.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O requerimento lido será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser apreciado após a Ordem do Dia, nos termos do § 3º do art. 40 do Regimento Interno.

*O Sr. Júlio Campos, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jacques Silva.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jacques Silva) – Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, retorno a esta tribuna para enfocar um tema muito importante no atual momento brasileiro: a segurança alimentar. Este assunto já me levou, recentemente, a fazer carente pronunciamento no plenário do Congresso Nacional. Retorno ao tema, entretanto, por dois motivos principais: o primeiro reside na sua importância intrínseca e o segundo, na constatação de que nenhuma ação ainda foi implementada no sentido de dotar o nosso País de uma verdadeira política de segurança alimentar, que implique apoio irrestrito aos negócios agrícolas, chamados oficialmente de agribusiness.

É essa, aliás, uma denominação atualmente utilizada para identificar todo o sistema de atividades ligado à agricultura, abrangendo, por isso, três áreas: a produção, a industrialização dos alimentos e a sua distribuição aos pontos de venda. Na produção, incluem-se as indústrias de insumos (sementes, fertilizantes e defensivos), de maquinário agrícola e a atividade de produção propriamente dita; na área de transformação, inclui-se todo o processamento dos produtos agrícolas, convertendo-os em alimentos próprios para consumo; e na área de distribuição, estão englobados a venda e o transporte dos produtos acabados até o ponto de venda.

Em suma, a produção agrícola deixou de ser vista como uma atividade isolada na cadeia produtiva para se transformar numa etapa de todo um processo integrado, num elo de uma grande corrente que começa no campo, passa pela indústria e termina na mesa do consumidor. Caso fosse possível dizer que numa corrente há elos que são mais importantes que outros, sem qualquer sombra de dúvida, o processo agribusiness, a produção agrícola seria um deles. Como, entretanto, não se admite hodiernamente a sua existência isolada, só podemos concluir que a sua essencialidade se dilui e se mescla às outras etapas desse processo.

O setor de negócios agrícolas – agribusiness – é de tal modo importante no cômputo geral da nossa economia, que vem sendo responsável por 40% da nossa exportação e por 1/3 do nosso PIB, tendo faturado, em 1993, apenas no que se refere à indústria de transformação de alimentos, 44,4% bilhões de dólares.

Apesar disso, o Brasil ainda tem um campo vastíssimo pela

frente sobre o qual precisa e deve expandir-se urgentemente: a agroindústria. Esse crescimento é indispensável para que a nossa produção seja aumentada e para que se criem bases sólidas, sobre as quais se estruturem uma segura e eficiente política de segurança alimentar.

Em realidade, não há outro caminho a trilhar: sem safras grandes, não há segurança alimentar que subsista. Os exemplos mundiais estão aí para mostrar a certeza dessa afirmativa.

Em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, do dia 12 de janeiro de 1993, o Agrônomo e Professor da UNESP de Jaboticabal, Roberto Rodrigues, afirma:

Não há país desenvolvido que não tenha colocado a segurança alimentar de sua população na linha de frente de suas estratégias. E esta é a razão por que chegaram à condição de bem-estar, qualidade de vida e progresso material em que se encontram: foi o aumento substancial da oferta de alimentos que levou a uma acentuada diminuição das desigualdades na distribuição de renda e à estabilidade reinante nos últimos 40 anos. São ricos porque assim o fizeram.

Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos – continua o professor –, a prioridade agrícola, tendo em vista a segurança alimentar, foi uma decisão de estadistas porque é sempre o mais forte condicionante do êxito de uma estratégia de crescimento econômico. A perspectiva da estabilidade econômica e social é ilusória sem uma oferta alimentar abundante.

Assim aconteceu nos Estados Unidos, no Japão e na Europa Ocidental. Todos os países aí incluídos decidiram reconhecer o papel importante que a agricultura e a indústria alimentar representavam para os seus povos, e, em consequência, deram-lhes os reconhecimentos e os incentivos que necessitavam para se desenvolverem. Desse modo, o soerguimento desses países, após a grande depressão ou no pós-guerra, deveu-se à recuperação e à valorização da atividade agrícola e agroindustrial, imbuídos que estavam os seus governantes do princípio de que não se distribui o que não se tem.

Somente aqui no Brasil, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, resolvemos trilhar caminhos inversos. Vários programas foram criados para atendimento da população carente, passando da repartição de cestas básicas à distribuição de leite. O que se viu é que, de socorro em socorro, o número de desnutridos, subnutridos e famintos só se elevou. De acordo com dados do IPEA, o número de famintos chega hoje a inimaginável patamar de 32 milhões de pessoas.

Segurança alimentar – já o afirmei no meu pronunciamento anterior – não se confunde com socorro alimentar. Aliás, até sou contra esse tipo de política paternalista que se impõe no momento à Nação brasileira, porque temos que ensinar o cidadão a pescar e não dar-lhe o peixe. Embora se reconheça a contribuição imediata que as campanhas de socorro alimentar prestam à causa do combate à fome, tipo a campanha do Betinho, iniciativa sempre louvável e bem-vinda, é preciso considerar, no entanto, que a ação política em favor dos famintos deve ter caráter duradouro e perene. Temos que criar e implementar políticas de efetiva erradicação da fome. Não podemos mais fazer políticas paliativas.

Implementar uma política de segurança alimentar, em que se garanta o acesso de todas as pessoas e em todos os momentos a uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável, implica oferecer alimentos a preços acessíveis e dotar o trabalhador de um salário suficiente para comprar a comida necessária ao sustento próprio e da sua família; e não com a criação de projetos mirabol-

lantes, como temos visto nesta Casa.

Os alimentos básicos têm um preço muito elevado para a minguada renda da grande maioria da nossa população e, com a deterioração gradual dos salários, a situação tende a se agravar. Para que tenhamos uma pequena idéia dessa deterioração, basta que vejamos um dado muito simples: em fevereiro de 1959, um salário mínimo equivalia a 90 quilos de carne e a 450 litros de leite, no Governo do saudoso e inesquecível Juscelino Kubitschek; hoje, com o mesmo salário, compram-se apenas 26 quilos de carne ou 150 litros de leite. Sob a ótica do preço da carne e do leite, o salário mínimo está reduzido a um terço do que representava há 36 anos atrás.

O caminho mais curto e mais seguro a trilhar para resolver o problema da fome é baixando o preço dos alimentos. Para que isso seja alcançado de forma duradoura, dois caminhos se apresentam: há que se reduzirem os custos e aumentar a produção. Para que se reduzam os custos é preciso aumentar a produtividade – o que só se consegue com novas tecnologias, insumo de melhor qualidade, maquinário mais eficiente. Aumentando-se a produtividade, ainda que não se alastre a área plantada, haverá crescimento de produção e com isso a redução dos preços. Como se viu, não há como baixar os preços de uma só vez ou isoladamente. Toda essa é uma medida que só pode ser tomada de forma integrada ao processo de redução dos custos, de aumento da produtividade, o que redundará em aumento da produção e consequentemente redução dos preços.

Entretanto, só aumentar a produtividade não basta, Sr. Presidente, Srs. Senadores. O Brasil tem que aumentar a produção com a expansão da área plantada, pois as projeções para a virada do século indicam a necessidade de uma produção da ordem de 125 milhões de toneladas de grãos, para que a população brasileira possa ser adequadamente atendida. Isso representa quase 70% de aumento na produção de 74 milhões de toneladas prevista para a safra em curso.

Cento e vinte e cinco milhões de toneladas de grãos no ano 2000 representarão aquele patamar de segurança alimentar a que o Brasil almeja chegar, no qual todos os brasileiros terão acesso a uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável.

Sem dúvida esse é um objetivo ambicioso que só poderá ser alcançado se for implementada uma política firme de segurança alimentar que implique uma política de valorização e crescimento da agricultura, da indústria de implementos e da indústria alimentar. Caso não tenhamos homens que lancem seus olhos para o além, para um grande horizonte agrícola, continuaremos a ser um País com imensas possibilidades, com um grande futuro pela frente, mas com uma desmesurada pobreza e uma incomensurável incapacidade de debelar-lhe as causas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho plena confiança de que com o futuro Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a partir do dia 1º de janeiro próximo, a desejada situação da segurança alimentar será uma realidade e jamais um sonho de todos nós.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Permite-me V. Exº um aparte?

**O SR. JÚLIO CAMPOS** – Concedo o aparte a V. Exº, nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Quero apenas observar que, embora seja legítimo que V. Exº o considere, não está decidido que o próximo Presidente da República será Fernando Henrique Cardoso. O que tenho verificado é que, daqui para a frente, os ventos da primavera estarão levando Luiz Inácio Lula da Silva para a vitória no próximo dia 3 de outubro. São muitas as razões que tornam propícias hoje as condições para que Lula venha a ser o escolhido. Considero muito importante que V. Exº levante o tema do combate

à miséria, do combate à fome. Gostaria de ter visto o candidato da coligação PFL-PSDB-PTB, enquanto ministro, instituindo instrumentos de política econômica para resolver esse problema. O Ministro Rubens Ricupero, que sucedeu o Senador Fernando Henrique Cardoso, explicitou, durante o tempo em que esteve à frente da Fazenda, que não era seu propósito nem do Plano Real melhorar a distribuição da renda; isso teria que ficar para mais tarde. Já ouvimos palavras como essas durante os anos de regime militar. V. Exº coloca que para o futuro, quem sabe, poderá o Senador Fernando Henrique tratar do assunto.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** – Um futuro próximo, daqui a 90 dias.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Poderia tê-lo feito no passado próximo, Senador Júlio Campos. V. Exº é um representante do PFL, e, com todo respeito, gostaria de transmitir a preocupação que tenho. O PFL tem colaborado na condução das transformações sociais que se fazem necessárias no País muitas vezes como uma verdadeira amarra. Poderíamos citar o caso da reforma agrária. No início deste Governo, V. Exº testemunhou a demora do Congresso Nacional na regulamentação do que estava na Constituição para permitir que se realizassem desapropriações e assentamentos, a ponto de o próprio Presidente Fernando Collor ter passado três anos de seu governo sem realizar a meta de assentar 100 mil famílias por ano. Aí está um exemplo; poderíamos citar outros. De qualquer maneira, louvo a preocupação de V. Exº de trazer aqui o debate sobre como atacar o problema da fome em nosso País.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** – Muito obrigado. Quero realçar a V. Exº que estamos em plena primavera brasileira e o sonho primaveril do PT termina dia três de outubro, quando se fecharem as urnas e o povo brasileiro tiver eleito, em primeiro turno, o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Tenho certeza absoluta que V. Exº vai colaborar com o nosso governo – o governo da coligação PSDB-PFL-PTB-PP e outros partidos coligados –, com as idéias brilhantes que tem oferecido a esta Casa. O Presidente Fernando Henrique Cardoso saberá, indiscutivelmente, ouvir essas idéias e transformá-las em realidade. Vamos fazer um governo de conciliação nacional e queremos contar com o PT, que é um partido que tem muita gente boa nos seus quadros; há alguns xiitas radicais, mas há pessoas de alta sensibilidade que entendem que os problemas partidários ficarão de fora para que possamos cuidar, em alto nível, dos problemas brasileiros.

É um dos problemas mais graves que o Presidente Fernando Henrique terá no seu governo será justamente o de melhorar a qualidade de vida dos 30 milhões de brasileiros que hoje vivem situação afeitiva com relação à fome, à alimentação.

Veja, Senador, que o PFL, com todas as críticas, sempre foi um partido que colaborou em todos os momentos para a democratização do País, bem como para a elaboração de programas de bom nível para o povo brasileiro. Tanto assim que é muito bem votado a nível nacional. Em termos de votos, é o segundo maior partido do País, nas duas Casas do Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas, e é o partido mais forte em nível municipal. Não sei se V. Exº tem conhecimento, mas são 17 mil os vereadores pelo nosso partido, o que lhe dá a maior presença nas Câmaras Municipais brasileiras. É o partido que tem o segundo maior número de prefeitos – 1.032 prefeitos brasileiros são filiados conosco. Temos a segunda maior bancada nas Assembléias Estaduais, na Câmara dos Deputados, com 90 parlamentares, e, nesta Casa, com cerca de 13 senadores. É o maior partido em governadoria estadual, com nove governadores nos 27 Estados brasileiros. De forma que V. Exº pode observar que é um partido que deve estar tendo receptividade popular; caso não tivesse, não teria a força eleitoral pujante

como tem a nível nacional. É óbvio que tem posições ideológicas diferentes do seu partido ou de outro partido de centro esquerda.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Senador Júlio Campos, V. Ex<sup>a</sup> pode estar certo de que o Partido dos Trabalhadores sempre terá o Lula como candidato a Presidente. E o nosso partido, em qualquer circunstância, trará para o Congresso Nacional proposições a serem examinadas por todos os outros. Mas a preocupação com o PFL tem fundamento, e de profundidade. Ainda hoje, os jornais publicaram nas suas manchetes que o Sr. Paulo César Farias reconheceu não ter feito doação pessoal ao Senador Marco Maciel, que não teria com S. Ex<sup>a</sup> dialogado no ano de 1990, quando este era candidato ao Senado, mas revelou ter feito uma contribuição da ordem de 8 milhões de dólares para o PFL de Pernambuco, para o Governador Joaquim Francisco. Até estranho o pensamento de alguns, que parecem distinguir inteiramente o Líder do PFL, Marco Maciel, do PFL. Se a contribuição foi dada ao PFL, não foi para aquele que era candidato ao Senado, embora pertencente à chapa do então Governador Joaquim Francisco. Sei que há uma distinção muito clara nesse aspecto: uma coisa é receber a doação pessoalmente; outra é o Partido recebê-la. Faz-se necessário, então, que o PFL explique melhor a situação. Sim, trata-se de um Partido muito importante, é o segundo maior do País. Mas a situação, obviamente, merece ser esclarecida. Avalio que o próprio PFL, numa circunstância como essa, deve ser o primeiro a solicitar que a apuração do inquérito da Polícia Federal seja concluída o mais rápido possível.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** – Essa solicitação já foi feita pelo nosso Líder, e temos certeza de que a Polícia Federal está tomando todas as providências nesse sentido. Tanto isso é verdade que, 24 horas após a notícia ter sido divulgada, o próprio Delegado Paulo Lacerda, se não me engano, compareceu ao local onde está preso o Sr. PC Farias para prosseguir a investigação. O próprio Líder do nosso Partido, o eminentíssimo Senador Marco Maciel, pediu a aceleração do processo não só à Polícia Federal, ao Ministério Público, mas também à própria Justiça Eleitoral.

Quero também lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que esse assunto de doação de fundos escusos ou de fundos "pseudamente" escusos, se é que esse é o termo certo, não é de responsabilidade apenas do PFL. O seu partido, por exemplo, já passou por momentos difíceis. Recentemente, foi noticiada a ocorrência de doleiros na conta do PT. Depois, o assunto foi esclarecido. No passado, lembro-me muito bem, o Vice-Prefeito de São Paulo, na administração da Prefeita Luzia Erundina – se não me engano, o Dr. Eduardo Greenhalg, que hoje é um dos Parlamentares do PT na Câmara Federal, também foi envolvido num episódio em que uma empreiteira havia feito certa doação de campanha.

Esses fatos, portanto, serão sempre divulgados, mas depois são esclarecidos.

Há uma declaração do Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, no sentido de que, à época da eleição de 90, não havia nenhuma lei que proibisse doações para campanhas eleitorais. Só regulamentamos essa matéria, com a criação do bônus, para esta campanha de 1994.

Tenho certeza absoluta, Senador Eduardo Suplicy, que, nos próximos dias, esse assunto será muito bem esclarecido à opinião pública brasileira.

Vou concluir o meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Senadores: a desejada situação da segurança alimentar será apenas uma miragem. Todavia, são 120 milhões de vozes que clamam por essa situação de bem-estar.

Temos certeza absoluta de que, nos próximos anos, o Brasil não terá mais 30 milhões de seus filhos passando fome.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jacques Silva) – Não há mais oradores inscritos.

A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Passa-se agora à apreciação do requerimento nº 704, de 1994, lido no Expediente de autoria do Senador Darcy Ribeiro.

Solicito ao nobre Senador Magno Bacelar o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. MAGNO BACELAR** (PDT – MA) Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento nº 704, de 1994, de autoria do nobre Senador Darcy Ribeiro.

O requerimento está embasado nos termos regimentais e, no mérito, passo a salientar que, em se tratando de cultura e educação, se justifica.

O parecer é favorável.

*O Sr. Jacques Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – A votação fica adiada por falta de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando para terça-feira, às 15h, dia 27, sessão extraordinária, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

- 1 -

### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 78, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 78, de 1994 (apresentado como conclusão de Parecer de Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro de 2,1% de sua dívida mobiliária vencida no 1º semestre de 1994.

- 2 -

### MENSAGEM N° 298, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 287, de 1994, através da qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Brazilian American Merchant Bank – BAMB – Grand Cayman, destinada ao financiamento para aquisição, pela Marinha do Brasil, de bens e serviços no mercado internacional, dentro do Plano Parcial de Obtenção e Modernização da Marinha. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 3 -

### MENSAGEM N° 288, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 288, de 1994, através da qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e oitenta e cinco

milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Brazilian American Merchant Bank – BAMB – Grand Cayman, destinada à aquisição, pelo Exército Brasileiro, de bens e serviços, no mercado internacional dentro do "Programa de Modernização da Força Terrestre". (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 4 -

**MENSAGEM N° 289, DE 1994**  
 (Em regime de urgência, nos termos do  
 art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 289, de 1994, através da qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até duzentos e trinta e nove milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Brazilian American Merchant Bank – BAMB – Grand Cayman, destinada ao financiamento para aquisição, pelo Exército Brasileiro, de bens e serviços no mercado internacional, dentro do Programa de Modernização da Força Terrestre. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 5 -

**MENSAGEM N° 290, DE 1994**  
 (Em regime de urgência, nos termos do  
 art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 290, de 1994, através da qual o Senhor Presidente da República solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a cento e oitenta e um milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Brazilian American Merchant Bank – BAMB – Grand Cayman, visando a aquisição integral de bens e serviços, no mercado interno, pelo Ministério de Aeronáutica, no âmbito do Programa de Reaparelha-

mento e Modernização da Força Aérea Brasileira, (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 6 -

**(MENSAGEM N° 291, DE 1994)**  
 (Em regime de urgência, nos termos do  
 art. 336, b, do Regimento Interno)

Mensagem nº 291, de 1994, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e dezenove milhões de dólares norte-americanos, de principal, junto ao Brasilian American Merchant Bank – BAMB – Grand Cayman, destinado à aquisição integral de bens e serviços, no mercado interno, pelo Ministério da Aeronáutica, no âmbito do Programa de Reaparelhamento e Modernização da Força Aérea Brasileira. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 7 -

**REQUERIMENTO N° 680, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 680, de 1994, solicitando nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 122, de 1993, que cria a Comissão de Ciência e Tecnologia.

- 8 -

Apreciação do Edital de Privatização da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. – EMBRAER, nos termos da Resolução nº 53, de 1994, do Senado Federal. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16h8min.)*

<b>MESA</b>	<b>LIDERANÇA DO PMDB</b>	<b>Vice-Líder</b>
Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB	<b>Líder</b> Mauro Benevides	Valmir Campelo
<b>1º Vice-Presidente</b> Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	<b>Vice-Líderes</b> Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor	<b>LIDERANÇA DO PDT</b> <b>Líder</b> Magno Bacelar
<b>2º Vice-Presidente</b> Levy Dias _ PTB _ MS	<b>LIDERANÇA DO PSDB</b> <b>Líder</b> Mário Covas	<b>LIDERANÇA DO PRN</b> <b>Líder</b> Ney Maranhão
<b>1º Secretário</b> Júlio Campos _ PFL _ MT	<b>Vice-Líder</b> Jutahy Magalhães	<b>Vice-Líder</b> Áureo Mello
<b>2º Secretário</b> Nabor Júnior _ PMDB _ AC	<b>LIDERANÇA DO PFL</b> <b>Líder</b> Marco Maciel	<b>LIDERANÇA DO PP</b> <b>Líder</b> Irapuan Costa Júnior
<b>3º Secretário</b> Júnia Marise _ PRN _ MG	<b>Vice-Líderes</b> Odacir Soares	<b>LIDERANÇA DO PPR</b> <b>Líder</b> Epitácio Cafeteira
<b>4º Secretário</b> Nelson Wedekin _ PDT _ SC	<b>LIDERANÇA DO PSB</b> <b>Líder</b> José Paulo Bisol	<b>Vice-Líderes</b> Affonso Camargo Esperidião Aním Moisés Abrão
<b>Suplentes de Secretário</b> Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO	<b>LIDERANÇA DO PTB</b> <b>Líder</b> Jonas Pinheiro	<b>LIDERANÇA DO PT</b> <b>Líder</b> Eduardo Suplicy
<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b> <b>Líder</b> Pedro Simon		

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA  
E CIDADANIA \_ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaca	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3220/31	Divaldo Surugay	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

**PFL**

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

**PSDB**

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

**PTB**

Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36

**PDT**

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

**PRN**

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

**PDC**

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------------	------------	---------------	------------

**PDS**

Esperidião Amán	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

**PP**

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes \_ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões \_ Ramal 4315

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS \_ CAS**

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinlan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Surugay	AL-3180/85	José Fogaca	RS-3077/78
Jovêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda  
Vago

MT-3029

Vago  
Vago

**PFL**

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PL-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

**PSDB**

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

**PTB**

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Affonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliviera	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

**PDT**

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53

**PRN**

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aurico Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

**PDC**

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37

**PDS**

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23

**PSB / PT**

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25

**PP**

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22

**Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia**  
**Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341**  
**Sala de reuniões: 3652**  
**Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.**  
**Sala nº 09 \_ Ala Alexandre Costa**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS \_ CAE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaca	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RR-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Surugay	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

**PFL**

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PL-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Iosaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB				PDC				
Beni Veras José Richa Márcio Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	
		PTB			PP			
Afonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63	Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128	
		PDT			PDS			
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56	
		PRN						
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92	<b>Secretário:</b> Paulo Roberto Almeida Campos <b>Ramais:</b> 3496 e 3497 <b>Reuniões:</b> Quintas-feiras, às 10 horas <b>Local:</b> Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3546				
		PDC		<b>COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI</b>				
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04	(23 Titulares e 23 Suplentes) <b>Presidente:</b> Dario Pereira <b>Vice-Presidente:</b> Teotônio Vilela Filho				
		PDS						
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24	<b>Titulares</b>				
		PP		<b>Suplentes</b>				
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	<b>PMDB</b>				
		PT/PSB		Flaviano Melo Mauro Benevides Aluízio Bezerra Onofre Quinlan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30	Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvêncio Dias Antônio Mariz Wilson Martins Vago	RO-3110/11 BA-3161/62 RR-4052/53 MG-3039/40 PA-3050/53 PB-4345/46 MS-4345/46	
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25					
<b>Secretário:</b> Dirceu Vieira M. Filho <b>Ramais:</b> 311-3515/3516/4354/3341 <b>Reuniões:</b> Terças-feiras, às 10 horas <b>Local:</b> Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 4344				<b>PFL</b>				
<b>COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE</b>				Dario Pereira Henrique Almeida Elcio Alvares Bello Parga Hydekel Freitas	RN/3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83	Raimundo Lira João Rocha Carlos Parocínio Guilherme Palmeira Vago	PB-3201/02 TO-4071/72 TO-4068/69 AL-3245/46	
(19 Titulares e 19 Suplentes) <b>Presidente:</b> Alfredo Campos <b>Vice-Presidente:</b> Hydekel Freitas				<b>PSDB</b>				
				Dirceu Carneiro Teotônio V. Filho José Richa	SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64	Beni Veras Jutahy Magalhães Vago	CE-3242/43 BA-3171/72	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>				<b>PTB</b>			
	<b>PMDB</b>				Lourenberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Alfonso Camargo Vago	PR-3062/63
Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Suruagy João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61	Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldi A. Filho Mansueto de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PE-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65	<b>PDT</b>				
		PFL		Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75	
Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Álvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86	Francisco Rolemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98	<b>PRN</b>				
		PSDB		Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56	
Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20	<b>PDC</b>				
		PTB		Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37	
Leiz A. Oliveira Marluce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07	Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07	
		PDT			PP			
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75	João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22	
		PRN		<b>Secretário:</b> Celso Parente – Ramais 3515 e 3516 <b>Reuniões:</b> Terças-feiras, às 14 horas <b>Local:</b> Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286				
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215					

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE				PTB			
(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: Valmir Campelo Vice-Presidente: Juvêncio Dias				Valmir Campelo Jonas Pinheiro Louremberg N. R.	DF-3188/89 AP-3206/07 MT-3035/36	Luiz A. Oliveira Marluce Pinto Carlos De' Carli	PR-4058/59 RR-4062/63 AM-3079/80
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>		Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
		<b>PMDB</b>		Aureo Mello Ney Maranhão	AM-3091/92 PE-3101/02	Albano Franco Saldanha Derzi	SE-4055/56 MS-4215/18
João Calmon Flaviano Melo Mauro Benevides Wilson Martins Juvêncio Dias Mansueto de Lavor José Fogaça Pedro Simon Iram Saraiva	ES-3154/55 AC-3493/94 CE-3052/53 MS-3114/15 PA-3050/4393 PE-3182/83 RS-3077/78 RS-3230/31 GO-3134/35	Cid Sabóia de Carvalho Antônio Mariz Onofre Quinlan Marcio Lacerda Ronaldo Aragão Amir Lando Ruy Bacelar Alfredo Campos Nelson Carneiro	CE-3058/59 PB-4345/46 GO-3148/49 RJ-3029/30 RO-4052/53 RO-3110/11 BA-3160/61 MG-3237/38 RJ-3209/10	Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
		<b>PFL</b>		Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
Josaphat Marinho Marco Maciel Álvaro Pacheco Raimundo Lira Bello Parga	BA-3173/74 PE-3197/98 PI-3085/86 PB-3201/02 MA-3069/72	Dario Pereira Odacir Soares Francisco Rollemberg Carlos Patrocínio Henrique Almeida	RN-3098/99 RO-3218/19 SE-3032/33 TO-4058/68 AP-3191/92	Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
		<b>PSDB</b>		Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
Almir Gabriel Eva Blay Teotônio V. Filho	PA-3145/46 SP-3119/20 AL-4093/94	Beni Veras Mário Covas José Richa	CE-3242/43 SP-3177/78 PR-3163/64	<b>Secretária:</b> Mônica Aguiar Inocente <b>Ramais:</b> 3496/3497 <b>Reuniões:</b> Quintas-feiras, às 14 horas <b>Local:</b> Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121			

## **Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

# **Novas publicações**

### **ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL**

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

### **LEGISLAÇÃO INDIGENISTA**

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

### **FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE**

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

## **Outros títulos**

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO**

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

### **CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989**

5 Volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA**

**Comentários por João Barbalho U. C.**

Edição fac-similar dos comentários à Constituição Federal de 1891.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para

Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas

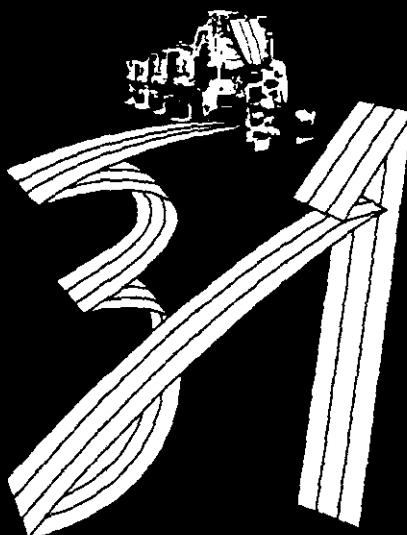
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar. Cep 70165-900, Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589. Fax.: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

CENTRO GRÁFICO  
DO SENADO FEDERAL



A N O S  
1963 1994

IMPRIMINDO A HISTÓRIA  
DO CONGRESSO NACIONAL

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS